

Caderno de Encargos

**AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE (CONSUMÍVEIS
WC) PARA A DGRSP – 4 MESES**

Consulta Prévia n.º 300.10.005/2025/263

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE (CONSUMÍVEIS WC) PARA A DGRSP – 4 MESES

PARTE I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª – OBJETO DO CONTRATO

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de produtos de higiene (consumíveis de wc) para a DGRSP, e para um período de 4 (quatro) meses.
2. O procedimento referido no número anterior compreende os artigos constantes no Anexo A.
3. As quantidades previstas no Anexo A ao presente Caderno de Encargos são meramente indicativas, podendo ser ajustadas, para mais ou menos, de acordo com as necessidades da entidade adjudicante, sem que isso implique alterações aos preços apresentados ou quaisquer ajustes ao contrato celebrado na sequência do procedimento.

Cláusula 2.ª – LOCAL DE ENTREGA DOS BENS

1. A entrega dos bens deverá ser feita em todo o território continental e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nos horários e locais definidos nas requisições ou nas moradas indicadas no Anexo B, dentro do horário normal de expediente.
2. A localização dos serviços da entidade adjudicante é meramente indicativa, podendo ser ajustada no decurso da execução do contrato de acordo com as necessidades e as orientações da entidade adjudicante, sem que isso implique alterações aos preços apresentados na proposta.
3. O adjudicatário obriga-se a proceder à alteração do local onde os bens são entregues para outro local geográfico em território nacional, sem custos para a entidade adjudicante.
4. A alteração mencionada no número anterior deve ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da receção do pedido formulado pela entidade adjudicante.

Cláusula 3.ª - VIGÊNCIA DO CONTRATO

O fornecimento contínuo dos produtos objeto do presente procedimento terá a duração de 4 (quatro) meses, com início na data da celebração do contrato, ou esgotamento da verba autorizada, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Cláusula 4.ª – CATÁLOGO DE COMPRAS ELETRÓNICO

1. O adjudicatário deverá disponibilizar à entidade adjudicante, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a adjudicação, todos os elementos necessários à construção de um catálogo de compras eletrónico.
2. Para a construção do catálogo referido no número anterior, o adjudicatário deverá fornecer um ficheiro com a imagem de cada produto, identificado pelo código atribuído pela entidade adjudicante, que cumpra os requisitos da plataforma eletrónica e com resolução suficiente para a sua completa identificação.
3. A imagem de cada produto deve patentear de forma visível os dados relativos à marca e referência do mesmo.

Cláusula 5.ª – OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Integram as obrigações e encargos do adjudicatário, designadamente:

- a) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à integral execução do contrato, suportando os respetivos encargos.
- b) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização escrita da entidade adjudicante.
- c) Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial, bem como as alterações aos contatos e moradas indicadas no contrato.
- d) Comunicar à entidade adjudicante o nome e contatos do respetivo gestor do contrato, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação.
- e) Disponibilizar à entidade adjudicante a informação que lhe for solicitada para a gestão do contrato.
- f) Possuir todas as autorizações legais, necessárias para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Cláusula 6.ª – FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é considerado incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios

internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua, ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 7.ª – DOMICÍLIO DO ADJUDICATÁRIO

No contrato a celebrar, o adjudicatário elegerá um domicílio ou sede que passará a ser considerado para todos os efeitos deles decorrentes.

Cláusula 8.ª – PREÇO BASE

- 1. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato é 32.013,40 € (trinta e dois mil e treze euros e quarenta cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.
- 2. O preço referido no número anterior inclui os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente, separação das encomendas, transporte e logística de entrega ou devolução dos bens (embalagem, carga, transporte, descarga), armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, em que o adjudicatário haja de incorrer em virtude da execução das

obrigações que para aquele emergjam do presente caderno de encargos e do contrato.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, os preços unitários referentes a cada um dos produtos não poderão ultrapassar os limites fixados na tabela infra:

Posição	Produto	Unidade/Medida	Preço Unitário (S/IVA)
1	Papel Higiénico Jumbo Maxi	rolo de 320 metros (igual ou maior)	1,54 €
2	Papel Higiénico Jumbo Mini	rolo de 180 metros (ou +/- 20%)	0,75 €
3	Papel Higiénico Normal Reciclado	rolo de 23 metros (ou +/- 20%)	0,11 €
4	Papel Higiénico Normal Virgem	rolo de 23 metros (ou +/- 20%)	0,11 €
5	Rolo de Papel para Marquesa Largura 50 cm	rolo de 100 metros (ou +/- 10%)	2,85 €
6	Rolo de Papel para Marquesa Largura 60 cm	rolo de 100 metros (ou +/- 10%)	3,43 €
7	Toalhas de Papel de Mãos Zig Zag 1	maço de 200 folhas (ou +) de 21x23 cm (ou +/- 5%)	0,54 €
8	Toalhas de Papel de Mãos Zig Zag 2	maço de 160 folhas (ou +) de 23x25 cm (ou +/- 5%)	0,57 €
9	Rolo Horizontal de Mão	rolo de 75 metros (igual ou maior)	0,84 €
10	Rolo Vertical de Mão	rolo de 180 metros (igual ou maior)	2,56 €
11	Sabonete Líquido	garrafão (5 litros)	2,39 €

Cláusula 9.ª – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado no prazo 30 (trinta) dias a contar da data da receção da fatura correspondente, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere.
2. O preço devido, em cada fatura, é determinado através do produto entre o número de resmas nela contemplado e o valor por resma adjudicado, o qual é definido de acordo com o valor da resma que figura na proposta adjudicada.

3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura, devidamente corrigida.
4. As faturas deverão ser emitidas em nome da entidade adjudicante, com referência aos documentos que lhes deram origem, isto é, devem especificar:
 - a) O número do compromisso;
 - b) Identificação do serviço requisitante;
 - c) Preço unitário de cada produto/ artigo sem IVA;
5. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1 da presente cláusula, a fatura será paga através de transferência bancária, para o NIB/IBAN indicado em documento bancário apresentado pelo adjudicatário, o qual deverá ser atualizado sempre que necessário.
6. Em caso de atraso por parte da entidade adjudicante, no cumprimento das obrigações pecuniárias a que estão vinculadas, tem o adjudicatário, nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito.

Cláusula 10.ª - FATURA ELETRÓNICA

As faturas referidas na cláusula anterior devem ser remetidas para o portal de faturação eletrónica da administração pública – FE-AP, disponível em <https://www.feap.gov.pt/Paginas/Default.aspx>.

Cláusula 11.ª - REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

Durante a execução do contrato não são permitidas, em qualquer circunstância, revisões ou atualizações dos preços adjudicados.

Cláusula 12.ª – PATENTES, LICENÇAS, MARCAS REGISTRADAS E PROPRIEDADE INTELECTUAL OU INDUSTRIAL

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. São também da responsabilidade do prestador de serviços quaisquer encargos decorrentes da utilização, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.
3. Caso os contraentes públicos venham a ser demandados por terem infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados nos números anteriores, o adjudicatário indemniza-os de todas as despesas que, em consequência, hajam de fazer e de todas as quantias que tenham de pagar, seja a que

título for.

Cláusula 13.ª – COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre as partes do contrato são efetuadas primordialmente através do endereço de correio eletrónico dcp@dgrsp.mj.pt, ou outro a indicar oportunamente pela entidade adjudicante, com aviso de entrega.
2. As comunicações ou notificações feitas por carta registada com aviso de receção consideram-se recebidas na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. As comunicações ou notificações feitas por correio eletrónico consideram-se recebidas na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.
4. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte nos termos dos números anteriores.

Cláusula 14.ª – ACESSO E SEGURANÇA

1. O adjudicatário e todas as pessoas que se encontrem ao seu serviço deverão observar as regras de segurança comunicadas pela entidade adjudicante.
2. A entidade adjudicante acordará com o adjudicatário as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para o acesso e circulação deste nas suas instalações.

Cláusula 15ª – PROTEÇÃO DE DADOS

1. Caso o Adjudicatário aceda, no âmbito da execução do Contrato, a dados pessoais, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para o cumprimento do Contrato.
2. Na eventualidade referida no número anterior o Adjudicatário agirá na qualidade de subcontratante, de acordo com as instruções da DGRSP (Responsável pelo Tratamento) e sempre no estrito cumprimento do previsto na Legislação Aplicável relativa a dados pessoais - nomeadamente, todas as disposições do REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 27 de abril de 2016, da Lei nº 58/2019 de 8 de Agosto e de outra regulamentação aplicável ao tratamento ou proteção de dados pessoais da Entidade Adjudicante.
3. O Adjudicatário não pode, sob nenhuma circunstância, proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do Contrato, ou para proveito próprio.

Cláusula 16.ª – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, em tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente caderno de encargos, aplicam-se as normas do CCP e legislação subsidiária.

Cláusula 17.ª – FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outra.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 18.ª – CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTOS DE HIGIENE

1. Os produtos de higiene a adquirir deverão respeitar as especificações definidas no Anexo C.
2. A quantidade de produtos indicada no Anexo A é indicativa e corresponde a uma estimativa para o período em causa, podendo ser ajustada de acordo com as necessidades da entidade adjudicante, sem que isso implique alterações dos preços unitários propostos.

Cláusula 19.ª – REQUISITOS DO FORNECIMENTO

O fornecimento dos produtos de higiene deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) As encomendas serão realizadas pela entidade adjudicante, continuamente ao longo do período de duração do contrato, através da plataforma transacional de compras AnoGov.
- b) O valor da encomenda mínima é de 35 €, sem custos adicionais de distribuição;
- c) A entrega dos bens abrange todo o território continental e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e deve ser efetuado diretamente em cada um dos serviços desconcentrados, melhor identificados no Anexo B. Em caso de mudança de instalações, o adjudicatário obriga-se a manter as condições negociadas.
- d) O prazo máximo para entrega dos bens é de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de envio da requisição podendo, no entanto, esse prazo ser alterado por acordo entre as partes. A substituição dos bens rejeitados pela entidade adjudicante deve ser efetuada dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis ou prazo acordado, a contar da data de envio da requisição;
- e) Os bens deverão ser entregues no horário normal de expediente da entidade adjudicante, entre as 09h00m e as 17h00m, salvo acordo das partes na estipulação de outro horário.

- f) A entrega dos bens terá obrigatoriamente de ser acompanhada da fatura e guia de remessa correspondentes;
- g) A entrega dos produtos é sempre acompanhada de guia de remessa da qual deve constar, designadamente:
 - i) A data de entrega;
 - ii) Identificação do adjudicatário;
 - iii) Identificação da entidade adjudicante e local de entrega;
 - iv) Data da encomenda e número da requisição emitida pela entidade adjudicante;
 - v) Número do contrato ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
 - vi) Indicação dos produtos;
 - vii) Preço de venda negociado;
- h) A cópia da guia de remessa, assinada e carimbada pela entidade adjudicante, fica na posse do adjudicatário, constituindo prova bastante da entrega dos produtos.
- i) A entidade adjudicante poderá proceder no momento de entrega dos bens às seguintes verificações:
 - i) Quantitativa, para comprovar a conformidade das quantidades entregues e referidas na guia de remessa com as quantidades encomendadas;
 - ii) Qualitativa, para comprovar a inexistência de deficiências em termos de armazenamento, de embalagem e de transporte.
- j) Após verificação, a entidade adjudicante pode:
 - i) Aceitar os bens mediante condição de, após exame ou durante a utilização, estescumprirem as características exigidas;
 - ii) Rejeitar total ou parcialmente os bens;
 - iii) Devolver os excedentes;
 - iv) Solicitar a entrega dos bens em falta.
- k) Se o adjudicatário não dispuser dos produtos encomendados por rutura temporária de stock devem propor, atempadamente, à entidade adjudicante a sua substituição por outros de qualidade idêntica ou superior, não podendo deste facto resultar um acréscimo de custos.
- l) Nos casos previstos nas alíneas anteriores, o adjudicatário deve fornecer todos os elementos necessários à avaliação da adequação da substituição por parte da entidade adjudicante, nomeadamente amostras, fotografias e especificações técnicas e funcionais dos novos bens a fornecer;
- m) Todos os encargos com a substituição, a devolução ou a destruição dos produtos rejeitados, são da

exclusiva responsabilidade do adjudicatário

- n) Os produtos ou suportes deverão assegurar a possibilidade de limitar e uniformizar a dose unitária, por forma a limitar o consumo e reduzir o desperdício;
- o) Os suportes dos produtos de higiene serão gratuitamente disponibilizados ou substituídos (se for caso) pelo adjudicatário, de acordo com as necessidades de cada organismo e a sua solicitação;
- p) A cedência, colocação e manutenção (assistência técnica) dos suportes ficam a cargo do adjudicatário e deve ser realizada de acordo com as características das instalações sanitárias de cada organismo;
- q) O adjudicatário deverá minimizar a ocorrência de danos nas infraestruturas, designadamente em paredes de edifícios classificados como sendo de património de interesse municipal, nacional ou mundial ou outro tipo de classificação, inerentes à colocação e/ou substituição dos suportes, pelo que será responsabilizado sempre que os mesmos se demonstrarem excessivos face ao considerado como estritamente necessário;
- r) No momento de instalação dos equipamentos, a entidade adjudicante poderá requerer a aprovação prévia e proceder à realização de testes de aceitação, que deverão decorrer com o apoio do adjudicatário, bem como à formação presencial de elementos a designar;
- s) No termo do contrato, seja qual for o motivo que o tenha determinado, os equipamentos e acessórios cedidos que não possam ser retirados ou cuja fixação tenha provocado a deterioração das instalações, ingressarão nos ativos do respetivo organismo.

Cláusula 20.ª – PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Poderá ser aplicada uma sanção por cada dia de atraso na entrega da encomenda face ao prazo proposto pelo adjudicatário, sendo a mesma calculada do seguinte modo:
 - a) Desconto de 3% no primeiro dia de atraso;
 - b) Desconto acrescido de 5% no segundo dia de atraso;
 - c) Desconto acrescido de 7% no terceiro dia de atraso;
 - d) Desconto acrescido de 10%, por cada dia, do quarto dia de atraso em diante;
2. A sanção será calculada sobre o valor da encomenda.
3. O fornecimento de bens em quantidades inferiores às encomendadas ou com qualidade deficiente terá um efeito suspensivo na faturação e pagamento do valor total da encomenda até que a situação em causa se mostre normalizada.
4. De igual modo a existência de erros na faturação suspenderá o pagamento da correspondente fatura até à regularização da situação.

5. O valor da sanção pecuniária a aplicar é creditado a favor da entidade adjudicante ou deduzida ao preço contratualizado.

Cláusula 21.ª – OBRIGAÇÕES SOCIAIS, DE SEGURANÇA, E AMBIENTE

O adjudicatário obriga-se, na execução do contrato, a:

- a) A respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
- b) Observar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de direito ambiental, destinadas à proteção do ar, água, solos, fauna e flora e de higiene e saúde no trabalho, designadamente as normas e disposições resultantes de todas as convenções e tratados internacionais, aplicáveis, da legislação comunitária e nacional e regional.
- c) Não fazer uso de quaisquer materiais, substâncias ou produtos proibidos, designadamente poluentes tóxicos ou considerados perigosos pela legislação em vigor.
- d) A enviar, se solicitado, em suporte informático, as fichas técnicas e de segurança de todos os bens objeto do contrato.
- e) A enviar, se solicitado, fichas técnicas, certificados de conformidade CE e manuais e/ou instruções de funcionamento, utilização, em português, relativamente aos equipamentos utilizados durante o contrato.

Cláusula 22.ª – CONFORMIDADE E GARANTIA TÉCNICA

O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere ao fornecimento dos bens à entidade adjudicante, às exigências legais e obrigações do fornecedor aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos da legislação em vigor.